O Inconstitucional como *Modus Operandi*

A Expansão da Hierarquia Eclesiástica Durante a Primeira República

The Unconstitutional as Modus Operandi: Ecclesiastical Hierarchy Expansion During First Republic

Resumo:

Durante a Primeira República, com o federalismo, a elite eclesiástica começou uma articulação política para ir se reestruturando territorialmente para não perder contato com os poderes locais. Porém algumas questões se colocavam como pauta urgente: qual a política a ser empreendida; quem seriam seus artífices? Como imprimir uma estadualização da administração eclesiástica? Quem financiaria essa expansão? O estado brasileiro teria algum interesse em apoiar a expansão administrativa da Igreja Católica e como faria? De partida estava claro que a igreja não poderia aceitar mais a velha política de “Departamento de Estado”. Afinal os novos tempos colocaram outros desafios a serem superados. Serão estas respostas que pretendemos apontar neste artigo.

Palavras-Chave: Igreja Católica, Estado brasileiro, Instituição, Política, República.

Abstract:

With the Federalism during First Republic, the ecclesiastical elite began a political articulation to get territorially restructured in order not to lose contact with local powers. But some questions were put as urgent agenda: what policy was supposed to be undertaken? Who would be its architects? How to establish a statute of ecclesiastical administration? Who would finance this expansion? Would Brazilian State be interested in supporting the administrative expansion of Catholic Church and how would it do so? At the outset, it was clear that Church could no longer accept the old “State Department” policy. After all, new times were posing other challenges to be overcome. These will be the answers that we intend to point out in this article.

Prof. Dr. Edgar da Silva Gomes

Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre em Teologia com concentração em História Eclesiástica e Pesquisador do NEHSC da PUC-SP, Docente do CHS, História da Universidade Cruzeiro do Sul, Coordenador do curso de Teologia Bacharelado Ead.

E-mail: dredgargomes10@gmail.com

Keywords: *Catholic Church, Brazilian State, Institution, Politics, Republic.*

Introdução

No livro sobre o Centenário da Independência do Brasil, o arcebispo de São Paulo, D. Duarte sinalizou a mudança de estratégia que o catolicismo vinha adotando para se manter influente politicamente na república como fora durante o império, apesar das diferenças de relação de um período para outro,

Tem-se dicto que o clero de hoje já não vibra, como o de hontem, nos estos do patriotismo, abandonando, sem compensações, o posto de honra que elle tanto soube dignificar e que a elle mesmo tanto o dignificou. Tem-se dicto que, recolhido – e ainda bem – ao piedoso remanso da sacristia, já não ouve o clero brasileiro o entrechocar das luctas em que se resolvem os problemas nacionaes. E assim se contrapõem as chamadas *batinas liberaes* ao zelo do pastor vigilante que, sobraçando a cruz de um ministério pesado e obscuro, vai affirmando o seu patriotismo no trabalho ingente da formação da consciência e do character nacional. Não é verdade. Mudados os tempos e as circumstancias, amenizados os costumes, disseminadas as luzes da instrucção pública até então escassa e deficiente, o clero brasileiro mudou apenas de tática, sem desertar do seu posto de honra e de sacrificio. [sic] (Silva, 1923, p. 201-206).

Para a historiografia especializada, o catolicismo moldou a cultura ocidental, inclusive a dos acatólicos. Sabemos que esta mesma instituição formadora da cultura ocidental passou, ao longo de sua História, por momentos de grandes conflitos internos, com rupturas profundas como no século XI (1054) no cisma com o Oriente, e no XVI, com a Reforma Protestante, que originaria, após a morte de Lutero, uma nova força cristã que abalaria as estruturas do até então cristianismo exclusiva da Igreja Católica. No Brasil, sua maior

crise pode ter sido a perda de sua condição de religião oficial do Estado brasileiro com o Dec. 119-A de 7 de janeiro de 1890.

Todavia, o catolicismo no Brasil não se abateu, ao contrário, mais uma vez usou sua experiência milenar para se rearticular, deu “tempo ao tempo” para assumir posição de destaque na vida política, ainda na Primeira República. Vamos perceber que, diferente do que se convencionou pontuar na historiografia, o catolicismo não ficou recluso, mas se articulou nos bastidores, indo, pouco a pouco, se inserindo e inserindo sua ideologia no novo cenário político, até ocupar seu espaço no jogo de poder. E não foi apenas o desejo do catolicismo que manteve a antiga união entre Estado e Igreja no Brasil republicano, como veremos nestas páginas.

Cristandade à Brasileira...

Segundo Araújo, a natureza do desejo dominante do episcopado brasileiro, na Primeira República, é constituída por um universo mental formulado em outro tempo da história. As esle-siologias que o animam são a Cristandade e a Sociedade Perfeita¹. Como geralmente é frisado na historiografia, o catolicismo é a instituição mais antiga do ocidente e, ao longo de sua história, soube articular e desarticular situações que poderiam tê-lo feito sucumbir diante das inúmeras dificuldades político-sociais enfrentadas. Uma imagem que vem à mente, sempre que penso na trajetória desta instituição, é a de uma cordilheira com seus acentuadíssimos aclives e declives. A história do catolicismo figurativamente se parece com uma cordilheira, ora ocupando na história posição de elevada importância político-social, mas também, constantemente, submergindo nos abismos quase intransponíveis da qual emerge, às vezes com mais força e prestígio.

O catolicismo durante toda a Idade Média conquistou e manteve grande poder

¹ Para saber mais consultar: José Carlos Souza Araújo. **Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.

político-econômico, influenciando importantes decisões na esfera pública, mas também sofreu a ingerência do Estado na esfera eclesiástica. O catolicismo parece, porém, ter se acostumado a um círculo vicioso, no qual o que importava (importa) era a pompa e a reverência “do mundo”, mesmo que, para isto, o preço a ser pago fosse maior do que o que estivesse disposto a pagar. Mesmo assim, contra todas as adversidades colocadas por seus adversários, o catolicismo lutou para se manter no centro das disputas políticas para assegurar o direito de continuar influenciando a sociedade moderna, apesar de todas as reservas de que se tem ciência a esse respeito. Após a Reforma Protestante, do século XVI, o Iluminismo e a Revolução Industrial, eventos típicos da chamada modernidade, o fantasma do livre pensamento passou a assombrar a hierarquia eclesiástica com teorias políticas desvinculadas de seus dogmas e tradições, aplainando o caminho para o surgimento de organizações civis e religiosas que escapavam a seu controle.

Essa sucessão de acontecimentos abalou as estruturas de uma sociedade teocêntrica, mas não as certezas do catolicismo, que continuava a resistir às mudanças. Segundo Ivan Manoel, o catolicismo é uma instituição predisposta a alterar o movimento pendular² da história para se favorecer. Durante o século XIX e parte do XX, segundo Manoel, a tática utilizada pelo catolicismo foi o seu fechamento para o mundo a fim de poder interpretar o que estava acontecendo e tentar, a sua moda, dar uma resposta aos acontecimentos que lhe estavam cerceando o poder. O catolicismo não ficou impune às transformações por que as civilizações e instituições passaram, ao longo de sua História, principalmente no intrincado jogo de poder. Sendo intransigente com as transformações que ocorrem na sociedade, quem pretendeu subjugar, sem se adaptar à realidade não escapou às cobranças impostas por uma época de transição, até porque, com as experiências

vividas pelo catolicismo, ele foi sendo, ora mais ora menos resiliente às transformações político-sociais de cada época; o catolicismo tem uma plasticidade peculiar de instituições que precisam se adaptar às mudanças na longa duração que ocorrem no processo histórico durante a sua existência.

Figura 1 – ASV. Fasc. 483, p. 84r

No Brasil, o catolicismo entrou na dinâmica política proposta pelo Vaticano e foi se alinhando progressivamente aos ditames da romanização, impostas pela Santa Sé. No decorrer do século XIX, ocorreram transformações significativas na forma de pensar de parte da hierarquia católica no Brasil, capitaneadas, principalmente, pelo ultramontano D. Viçoso, bispo de Mariana. O auge deste pareamento às normas romanas e a sua política de intransigência, em relação ao Estado brasileiro, ocorreu na “Questão Religiosa” e, mesmo que de forma mais atenuada, parte do

² Para saber mais, consultar: Ivan Aparecido Manoel. **O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. Maringá: EDUEM, 2004.

episcopado brasileiro e a Santa Sé não abriram mão desta forma do agir político, até o final do Império, que tentava prendê-lo ao compromisso assumido com o padroado.

A partir da Proclamação da República, foi crescente a política de romanização imposta pela Santa Sé, esta afirmação se ancora na documentação trocada neste período entre o secretário de Estado do Vaticano e a Nunciatura do Brasil, para a qual os seus núncios fizeram um meticuloso trabalho de informantes (documento acima)³, colocando o Vaticano a par de tudo que estava ocorrendo no cenário político brasileiro e recebendo em troca instruções de como a hierarquia católica no Brasil deveria proceder em relação ao Estado.

O Brasil não era modelo de coesão política e não havia o intuito de modificar as relações e forças de poder herdadas do Império e favoreciam, como sempre, os interesses de pequenos grupos com força econômica suficiente para defender seus interesses. Segundo Fausto,

A Primeira República aparece-nos hoje, à distância, como um feixe de instituições tão marcadas que, ao pensarmos nela, evocamos um período de fisionomia própria, de contornos definidos. E a chamamos de República Velha com o sentimento de falar de algo do passado, se não morto [...] O republicanismo das armas foi cedendo terreno à sagacidade dos fazendeiros e dos bacharéis [...] realizavam com maior desenvoltura a união de interesses e poder. Marechais, Almirantes, Presidentes, Governadores [...] funcionários, fazendeiros, coronéis e “coronéis”, colonos e um povo mulato, cafuzos, imigrantes. Nessa República, que se desejava nova, quase tudo vinha como herança de cinquenta anos de um Império bastante estável [...] vem de cima a aura mística em torno das palavras de ordem como Pátria, Nação, Progresso, Ciência, Lei [...] nada pode fazer o novo regime para chamar as várias classes a um processo de interferência adulta na vida política [...] a sociedade é vista mais ou menos como uma panela de pressão, inofensiva, ou facilmente con-

trolável, desde que manipulada com prudência. (Fausto (Org.), 2006, p. 319, 320, 396).

Neste período confuso que foi a transição do regime monárquico para o republicanismo, se convencionou dizer que o catolicismo se afastou do cenário político nas primeiras décadas do regime. Para Wellington Teodoro da Silva,

Esse modelo autoritário, romanizador e militante de Igreja atravessou as primeiras duas décadas da República numa quase total e mútua indiferença nas relações com o Estado. Não obstante, após a década de 1920, um e outro começaram a compreender que ambos tinham muitas afinidades. Dentre elas, vale citar a compreensão autoritária da realidade social. Eles compreenderam que poderiam ser mutuamente úteis. O Estado se beneficiaria do grande poder legitimador do catolicismo, e este, por sua vez, utilizaria recursos e estruturas do Estado para a efetivação de seus projetos eclesiásticos. (Silva, 2008, p. 543)

Houve sim, um modelo autoritário e romanizador seguido pela elite eclesiástica, no Brasil, aos moldes ditados pela Santa Sé, mas houve, desde o início, uma relação bastante próxima, que fica mais explícita nos documentos trocados entre os dois poderes desde o início da Primeira República. O que faz parecer que ocorreu este afastamento, nas primeiras décadas da República (1890-1920), foi a atuação do “núcleo duro”, composto por positivistas e anticlericais que desejavam uma separação de fato entre Estado e Igreja, cobrando constantemente uma posição de afastamento político entre as instituições citadas.

O que aconteceu, de fato, foi uma menor exposição pública da relação entre os dois poderes, que ficou mais restrita à cordialidade e troca de favores no âmbito privado. Também, desde o início do novo regime, o Estado não pôde implementar algumas leis propostas na Constituição de 1891, oportunidade que o catolicismo apro-

³ Informação da Nunciatura brasileira à Santa Sé sobre as eleições para Presidente 1910 no Brasil.

veitou para se manter atuando na esfera civil⁴. A seguir, temos dois exemplos de documentação produzida pelo Estado que confirma a boa relação e o não afastamento político entre o estado brasileiro e o catolicismo, vejamos isso nos dois documentos a seguir do ano de 1894, enviadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pelo presidente do estado do Rio de Janeiro para o Internúncio, Mons. Gotti.

Figura 2 – ASV. Fasc. 357, p.135r

Muitas foram as disputas entre Estado e Igreja, principalmente no que dizia respeito aos direitos individuais dos cidadãos republicanos⁵, pois, para o catolicismo, havia uma espécie de direito adquirido sobre a salvação das almas no território brasileiro, herdado desde a colo-

nização sob o signo “cruz-espada”. Isto dava certa tranquilidade aos membros da hierarquia eclesiástica, que só foi realmente ameaçada com o advento da república e a liberdade religiosa. Liberdade esta almejada pelo catolicismo,⁶ apenas como seu direito de livre assédio à população, mas não no sentido de direito lato de todas as outras religiões. Porém o estado foi cedendo cada vez mais espaço ao catolicismo, parecia que o modelo de Cristandade era também uma lógica de sociedade para os homens do poder republicano.

Figura 3 – ASV. Fasc. 357, p. 234r

⁴ Em 1893, Mons. Ezechias Galvão da Fontoura escreveu um livro intitulado: “A Igreja e a Liberdade”, no qual deixa transparecer duas coisas importantes, em primeiro lugar, antes de dedicar toda uma apologia sobre o estado de liberdade e grandeza do catolicismo nos Estados Unidos nos apresenta na “dedicatória” do livro o estado de desunião e intrigas que está acontecendo entre D. Lino Deodato e o Cabido diocesano (sic), ACMSp. Documentos Diversos. Mons. Ezechias Galvão Da Fontoura. A Igreja e a Liberdade. São Paulo, 1893.

Catolicismo em Alerta: liberdade sob ameaça

Segundo entendimento da hierarquia católica, a sobrevivência do catolicismo estava sob ameaça. Apesar de desejarem a liberdade proposta pelo novo regime, essa liberdade deveria manter as regalias alcançadas pelo catolicismo no Brasil, ou seja, queriam tudo e mais um pouco!

Não foi assim que as coisas aconteceram. Com a separação Estado-Igreja no Brasil, houve (momentaneamente) corte nos privilégios do catolicismo, que precisou se reorganizar institucionalmente. Esta reorganização ocorreu de forma bem mais favorável no novo regime do que no período anterior, no qual o catolicismo era religião de Estado e deveria prestar contas e obediência ao monarca.

O que vai predominar, nessa época inicial de “separação” dos poderes é o pensamento dos chamados católicos intransigentes. Um exemplo deste raciocínio pode ser sintetizado pelo sacerdote espanhol Sarda y Salvany, que publicou um livro, “El liberalismo es pecado!”, no ano de 1884, atacando o liberalismo (Martina, 1996, p. 149). A atitude deste sacerdote espanhol não foi uma exceção, foi sim a atitude que predominou entre a maioria dos intelectuais católicos. E o episcopado brasileiro se ressentia dos “cortes” de regalias às religiões almejados pelo Estado brasileiro creditando suas mazelas aos signos dos tempos: modernidade, protestantismo, maçonaria, positivismo, e tudo mais que contrariasse seus interesses.

Naturalmente, uma ala mais “liberal” do clero brasileiro que tentou influenciar a religião sob a batuta do padre Feijó, e depois de seus seguidores, foi sendo sufocada no decorrer do século XIX, quando o catolicismo encampou a atitude conservadora do Concílio Vaticano I, e assumiu oficialmente a teologia tomista como paradigma do pensamento teológico e passou a atacar, dentro e fora da Igreja, as “atitudes do século”. Esta atitude, para muitos, fez parecer que o catolicismo estivesse perdendo, de certa

maneira, o bonde da História, porém ele vive e atua na sociedade, está vinculado às realidades de seu tempo, age e reage de acordo com seu ideal de sociedade e sempre tentou impor sua visão de mundo para as sociedades em que atua com enorme plasticidade.

Para o catolicismo, a Proclamação da República não chegou a ser um evento que alterasse seu status quo perante a população, de maioria católica, ao contrário, ele agiu com mais vigor para implantar sua ideologia, e duas concepções de Igreja vão atuar decisivamente para isto: a primeira é a concepção de Igreja como Cristandade, desenvolvida durante a Idade Média; a segunda é a concepção de Igreja como Sociedade Perfeita, fundamentada na visão jurídica elaborada pelo Concílio de Trento (1545-1643). O republicanismo, apesar das raízes profundas em nível de debate teórico-ideológico, foi implantado no Brasil na base do susto, como uma forma de disputa interna na hegemonia de poder político entre os monarquistas, que não desejavam dar mais poder ao Visconde de Ouro Preto. Segundo Spolverini, o interesse confidenciado a ele por um amigo em comum com o Marechal Deodoro, a tentativa não era de proclamar um novo regime de governo, mas sim, derrubar o gabinete do Visconde de Ouro Preto, como podemos apreciar no documento que segue:

Segretario di Stato (CONFIDENZIALE)

Alcuni Particolari intorno alla rivoluzine

Non posso lasciar partire il mio foglio d'ufficio di ieri n. 529 sulla condota dell'Impero e la Proclamazione della Republica degli Stati Uniti del Brasile senza riferire confidenzialmente a V.Ex.R. una spiegazione da varie persone serie ripetutami e che mi sembra abbastanza fondata, specialmente dopo che ho intesa un'apertura fatta con tutta sincerità e confidenza questa mattina dal Meresciallo Deodoro ad un suo grande e mio amico, che cioè questo non intendeva affatto proclamare la repubblica, ma gettare a terra il Ministro e specialmente il Visconte d'Ouro Preto di cui a tutti è nota l'energia e l'audacia

e che si preparava a fare un colpo di stato nel in Xbre. Tutti del resto affermano che la reazione era stabilita per quel giorno la casa e come segue. (ASV. Libri 60, p. 86v.)

Mas, como nenhuma mudança política contenta a todos os grupos, houve sim um conturbado processo de disputa de poder entre os diversos grupos que compunham a cena política no país. Nesta fase de transição, havia muitos interesses divergentes sobre a organização do novo regime e como as forças políticas seriam rearranjadas. Por exemplo, as principais províncias da época: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo defendiam a organização da nação em unidades federativas, onde cada Estado da União pudesse gozar de certa autonomia político-administrativa. Contudo, a ala republicana mais conservadora do regime nascente combatia este formato por achar que este poderia ser o aval para o desmantelamento da nação, enfim, os arranjos penderam para a forma federativa.

No entanto, a mudança de regime político continuou justificando estruturas sociais e econômicas opressivas para a grande maioria da população. Em geral, a vida das camadas baixa e média da sociedade continuava sem muita novidade, ou seja, o Estado deveria mantê-las sob controle. O maior problema foi que “os vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e divergiam quanto à concepção e organização da forma de governar a República” (Araújo, 2010, p.).

Mas, assim como Lampedusa escreveu, nos anos 50 do século XX, que, “Se quisermos que tudo fique como está é preciso que tudo mude”⁷, mudou-se o sistema político brasileiro, mudaram aos poucos alguns atores em cena, mas a força manipuladora do jogo continuava a mesma, pois uma coisa é ter cargo, outra é governar de fato. Segundo Décio Saes, a classe média, no novo sistema político, continuou sendo manipulada pelas oligarquias⁸, pois ela teve sua

origem dentro deste sistema e a ele permanecia ligado. Nesse sentido, o Brasil pouco mudou política e socialmente. Diante desta situação,

As camadas médias tradicionais viveram mergulhadas, durante toda Primeira República, no universo da ideologia dominante, o que facilitou a aceitação, em linhas gerais, da dominação oligárquica. As raízes desse “empréstimo” ideológico estão na própria situação de dependência familiar, social e econômica em que tais setores viveram com relação aos clãs aristocráticos rurais. Isto é, o liberalismo político e econômico, na forma em que era professado pelas elites rurais, acabou fornecendo as coordenadas do pensamento dos grupos médios e condicionando, desse modo, a sua atuação política (...) uma concepção democrática elitista era absolutamente ineficaz e irrealista na Europa dos fins do século XIX, ela era bastante viável e menos chocante no Brasil agrário e aristocrático dos anos 1889-1930, quando as massas agrárias (...) analfabetas e privadas de direitos políticos viam-se, contudo, impossibilitadas de superar o estágio de absoluta incultura política, e conseqüentemente, a situação de completa marginalidade com relação ao sistema político (...) Evidentemente, a versão elitista brasileira de democracia liberal mascarava a discriminação sócio-econômica (Saes, 1975, p. 65-66)

O catolicismo, durante a Primeira República, conseguiu articular-se politicamente com as lideranças locais para se manter atrelado ao poder e conquistou vantagens, em grande parte do território brasileiro, para instalar suas dioceses. Ele foi se expandindo, primeiro,

Ed. UNICAMP, 1994; MICELI, Sérgio. **Poder, sexo e letras na República Velha**. São Paulo: Perspectiva, 1997; MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a atuação e a formação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004; VILAÇA, Marcos Vinicius; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006; PRATTA, Marco Antonio. **Mestres, Santos e Pecadores: educação, religião e ideologia na Primeira República brasileira**. São Carlos: RiMA, 2002.

⁷ Para saber mais, consultar: LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *il gatopardo*. Milano: Feltrinelli, 1959.

⁸ Para saber mais: PARISSINOTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas:

em cada Estado da federação e, depois, de acordo com as solicitações e vantagens oferecidas pelos poderes locais, e foi ampliando progressivamente sua estrutura administrativa. Apesar de todos os conflitos e disputas internas por poder, as lideranças políticas, em grande parte, comandadas por grupos oligárquicos não faziam nada mais do que defender seus interesses pessoais e, nessa configuração, o catolicismo foi se aproveitando das brechas para se reerguer e conquistar poder num âmbito em que o toma-lá-dá-cá prevaleceu. Após a proclamação da república no Brasil pouca coisa mudou na política, pois as oligarquias regionais continuaram a dar as cartas no jogo político de acordo com seus interesses, em cada região, onde, loteada desde sua formação na terra da Santa Cruz, a classe média, bastante citada na historiografia como um dos fatores para a queda do antigo regime pouco lucrou com a mudança,

(...) os laços de dependência familiar, social e econômica, bem como a identidade ideológica, forneceram as bases para o nascimento de uma atitude de fidelidade e expectativa positiva das camadas médias urbanas tradicionais para com as situações oligárquicas. Não é por acaso, por exemplo, que os batalhões patrióticos, organizados pela situação paulista para a defesa contra a revolução “tenentista” de 1924, se compunham de um número considerável de profissionais liberais e altos burocratas, de modo geral egressos dos setores tradicionais. (Saes, 1975, p. 67)

No catolicismo, no período entre 1889 e 1930, devido aos problemas práticos a serem solucionados, houve certa plasticidade, inclusive na elaboração de seus quadros de comando para atender às diversas situações que aconteciam nos campos político, econômico e social. Para isso, seria necessário não apenas uma política de doutrinação, a romanização, mas, mais que isso, seria necessária também uma política de acomodação da instituição no novo sistema político. Para essa política

funcionar seria preciso uma estratégia que pudesse conciliar sua doutrina moral com as políticas oligárquicas, poderíamos dizer que houve nesse período, no Brasil, uma adaptabilidade do imutável, ou seja, uma instituição milenar como o catolicismo não cansa de forjar maneiras de estar vinculado aos poderes constituídos, apesar de ter suas verdades e dogmas. A igreja “afastada” do jogo político não se dava por vencida, continuava se articulando e fazendo sua política. O catolicismo era, ainda, aquele projetado pela instituição hierárquica, intrinsecamente ligada às elites, com a preocupação exacerbada de se reestruturar politicamente através de conchavos com a parte de cima da pirâmide político-social.

Fazendo uma leitura precisa da situação, a igreja foi refazendo alianças com poderes locais, e assim conseguiu favorecer-se de leis inconstitucionais para ampliar sua rede de dioceses por todo o território brasileiro. As articulações se iniciaram no calor dos debates sobre a lei de separação entre os poderes civil e eclesiástico com o decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890, e que seria ratificado na constituição de 1891.

N. 735 - 10 7bre Segret. di Stato.

Aumento delle Diocesi. Sul vapore che porta la presente si reca in Roma l'Arcº di Bahia circa la sua venuta io ho già scritto all'E.V.R. in generale, e l'Arcvº stesso rimetterà la mia lettera. Il suo dei principali scopi del suo viaggio a Roma è ottenere dalla S.Sede, in via eccezionale e con dispensa dalle formalità e prescrizione canoniche, la creazione di altre diocesi per gli altri stati del Brasile, in modo che ciascuno stato abbia il suo vescovo. Così si avrebbero 21 vescovi per i 20 stati (lo stato di Minas ne ha già due) più un vescovo nel Municipio Neutro di Rio de Janeiro, In tutto 22 diocesi. L'art. 1º della memoria per le conferenze trattava di questo oggetto, e la Commissione dei Vei. incaricato di studiarlo, emise il seguente parere (sic) (ASV. LIBRI 61, 1889-1890, p. 38 v.)

O catolicismo manteve-se no poder, e na última década da Primeira República demonstrava sua força política ao manipular o poder civil, como podemos observar no documento (impresso) abaixo, enviado pela nunciatura brasileira à Secretaria de Estado do Vaticano no ano de 1926. (ASV, Fasc. 1087, p. 14r). E este poder de ter se “estadualizado” foi em parte conseguido através de leis inconstitucionais, como veremos adiante.

Figura 4 – ASV. Fasc. 1087, p. 14r

Os Interesses das Elites e Suas “Leis”

A expansão organizacional do catolicismo foi mais do que uma tentativa de marcar presença física em um determinado território, ela também estava imbuída de ser mais ativa pastoralmente do que havia sido no passado ainda muito presente na memória do clero, tempo em que o catolicismo foi, totalmente, por conveniência, submisso ao Estado, pois acre-

ditava que, sendo religião oficial do país, seu espaço em âmbito privado estaria garantido automaticamente, o que não se confirmou com a abertura proporcionada pelo novo regime.

(...) a sociedade brasileira passa a uma nova configuração; a vida urbana e o mundo operário oferecem um novo momento histórico e político. O avanço do liberalismo e da visão positivista caracteriza os pensamentos e ações em direção a nova realidade política social, distante da instituição católica. No mesmo período histórico ocorre o crescimento do protestantismo, do espiritismo, do socialismo e de novos valores sociais (...) estimulando os setores da Igreja Católica em busca de uma reação, oferecendo uma resposta ao novo contexto da sociedade brasileira⁹.

Ao ser expurgado do “benefício” constitucional de 1824, perdendo o status de religião oficial do Estado, o catolicismo teve que deixar uma situação cômoda para armar sua “nova” rede de relações, de acordo com seus interesses. Daí parte a iniciativa do episcopado de se reorganizar, administrativamente, com calculada previsão das necessidades, mais uma vez, não apenas pastoral, mas mais no intuito administrativo-financeiro da Instituição. De certa forma foi favorecido pela compreensão do poder civil de que continuavam a ter muitas afinidades, dentre elas, vale citar a compreensão autoritária da realidade social¹⁰. Estado e Igreja compreenderam que poderiam continuar sendo mutuamente úteis. O Estado e as oligarquias se beneficiariam do grande poder legitimador do catolicismo, e este, por sua vez, utilizaria recursos e estruturas oferecidas pelo poder temporal para realizar os projetos eclesiais.

⁹ CHRISPIM, Airton de Souza. Intelectuais católicos no século XX: os mais ativos no Brasil. Cadernos de Pós-Graduação – Educação, São Paulo, v. 8, p. 107-120, 2009.

¹⁰ SILVA, Wellington Teodoro da. Catolicismo militante na primeira metade do século XX brasileiro. **História Revista**, Goiânia, v. 13, n. 2, pp. 541-563, jul/dez, 2008.

Várias formas de aliança continuavam sendo traçadas, e muitas delas, respeitando as especificidades e os interesses dos poderes locais como, por exemplo, no período em que estavam sendo articuladas as divisões das dioceses do Paraná e de Santa Catarina, os dois estados pleiteavam a elevação de categoria administrativa eclesiástica e, para isso, suas elites não mediram esforços para ver seu estado alçado à condição de Província Eclesiástica. O estado de Santa Catarina, além de contar com a ajuda política do presidente do Estado, também obteve recursos com empresários para financiar sua campanha junto à nunciatura. Como dissemos, os interesses eram inúmeros e de ambas as partes e, numa brecha encontrada, o empresário catarinense Wendhausen escreveu ao núncio tentando indicar o Frei Evaristo Schuermann para ocupar o cargo de bispo em uma das dioceses que estavam sendo erigidas, no caso, a diocese de Lages-SC. Mas, com diplomacia, o Núncio se esquivou da indicação da seguinte forma: “Ho ricevuto con meraviglia la sua lettera [...] Mi è d'uopo ricordarLe che non spetta ai Signori laici fare tale presentazione” (ASV, Fasc. 1164, p. 27r.). Alguns estados criaram mecanismos inconstitucionais para patrocinar a criação de uma nova diocese em seu território,

Os postulados constitucionais vedavam os governos da União e dos Estados de favorecer ou se aliar às entidades religiosas, bem como favorecê-las com qualquer recurso ou prestígio oriundos de entidades públicas. As subvenções em pecúnia, a gratuidade dos serviços de abastecimento (...) a diversas entidades religiosas e a equiparação do ensino ministrado pela Escola Normal em favor do Carmo eram vistos, conforme o corpo normativo federal, como ilegais. Todavia, por meio de manobras do Poder Executivo e Legislativo, as empresas públicas e as elites políticas capixabas burlavam a legislação e se aproximavam do clero católico (...) subvenções públicas destinadas à diocese (...) eram ilegais (...) identificamos que muitos dos serviços desempenhados por ela eram de competência pública (...) a própria debilidade do Estado (...) em su-

prir as necessidades sociais justificava muitas das subvenções públicas dedicadas à Igreja. (Silva, 2008, p. 177-178)

O Estado do Rio Grande do Sul tinha como marca registrada a fama de ser o mais positivista da Federação, mas, na hora de receber e dar benefícios ao catolicismo foi pragmático, não escapando da realidade imposta pelas necessidades de seu contexto e não agindo diferentemente de outros governos; cedeu no que os positivistas tinham como uma das bandeiras de sua filosofia, a educação. Alexandre Karsburg escreveu que “os republicanos rio-grandenses não enveredaram para o conflito aberto com a Igreja Católica” (Karsburg, 2007, p. 210). Artur Isaia credits a Borges de Medeiros o papel de intermediar a relação entre Estado e igreja no Rio Grande do Sul, inclusive, uma amizade entre ele e o bispo D. João Becker. As manobras políticas para conseguir suprir deficiências dos estados estiveram em toda parte do Brasil, independente das ideologias ou utopias. Para o Vaticano o tema foi tratado de forma pragmática. Em 26 de junho de 1905, o Secretário de Estado, Cardeal Merry del Val havia escrito ao núncio brasileiro sobre a criação de novas dioceses e sobre a elevação de São Paulo à Província eclesiástica. Merry del Val, após consultar bispos brasileiros em visita à Roma, concluiu que a Santa Sé não se oporia à ereção de novas dioceses, porém seria necessária a ajuda da população para que isto fosse possível,

Nell'occasione recente della venuta a Roma di vari Vescovi brasiliani non ho mancato d'interrogarli sia in generale circa elevazione dello Stato di S.Paolo in Provincia Ecclesiastica, sia in particolare sulla erezione di Campinas in Diocesi; e tutti hanno manifestato il loro parere favorevole all'una e all'altra cosa. E non posso mancare di soggiungere, che alla Santa Sede reca non poca meraviglia, come, mentre dappertutto altrove si cerca di facilitare l'erezione di nuove diocesi, nel Brasile solamente, dove le popolazioni così spontaneamente offrono i mezzi per la creazione e sussistenza di nuove diocesi, nascono sempre difficoltà e si creano ostacoli da chi meno sarebbe da aspettarvelo. (ASV, Fasc. 615, p. 9 r/v)

E esta ajuda da “população” não era obstáculo, pelo contrário, favorecia e muito a expansão diocesana. O bispo do Paraná escreveu, em maio de 1924, ao nuncio, D. Henrique Gasparri, sobre os interesses do Presidente do Estado em relação à administração eclesiástica. Interessava ao Presidente a divisão diocesana, e a elevação de Curitiba à Arquidiocese, e do Estado do Paraná à Província Eclesiástica. No documento enviado ao nuncio, o bispo fez observações bastante interessantes sobre a política no Estado, não muito diferente de como a conhecemos hoje,

Não se admirara V. Exa. de frequentemente ver citada a pessoa do Presidente do Estado. É que além de elle ser optimo catholico (...) tudo neste Brasil só se sae fazer, ou ao menos facilitar, mediante chefes políticos locais... e estes tem todo interesse em serem agradáveis ao presidente... e um pouco ao Bispo, por saberem-no amigo do Presidente (sic). (ASV. Fasc.1017, p. 20r.)

E foi com uma articulação de políticos do estado que o bispo João Braga envia de Curitiba uma correspondência informando ao nuncio a elevação da doação de 100 para 160 contos réis. (ASV. Fasc. 1017, p. 46r)

Figura 5 – ASV. Fasc. 1017, p. 46r

O governo de Santa Catarina, no ano de 1927, utilizou do mesmo artifício inconstitucional para criação de dioceses em seu estado! (ASV. Fasc. 1164, p. 16r/v)

Figura 6 – ASV. Fasc. 1087, p. 14r

Considerações Finais

As artimanhas entre os poderes civil e eclesiástico não eram inocentes; os políticos não pensavam na religiosidade da população; seus jogos de poder estavam impregnados de segundas intenções; as ações para dotar a Igreja de

patrimônio suficiente para instalar uma diocese ou para qualquer outra necessidade material tinham contrapartidas objetivadas pelo poder público. Além do controle moral exercido pelo catolicismo, outros serviços anteriormente realizados pelo poder eclesiástico, faziam-se necessários à incapacidade gerencial do Estado. O catolicismo foi retomando a ingerência em atividades que eram responsabilidade do Estado. Com isso oficiosamente retomou espaços que na realidade não deixou de exercer por incompetência do mesmo.

O que mudou drasticamente com o novo sistema de governo foi a forma com que o catolicismo passou a agir, aproveitando sua recente liberdade e agindo de forma mais agressiva e calculada, ele foi se reorganizando em todo território brasileiro. Enquanto o catolicismo foi ganhando corpo organizacional, o Estado se perdia politicamente em disputas regionais e nacionais. Com isso, o catolicismo foi cumprindo melhor sua lição de casa. Algumas vezes massageou o ego de homens poderosos com títulos e favores, lógico, sempre em retribuição aos favores que recebia.

O controle do privado pela religião se dava de diversas formas, mas o mais importante para o poder civil era a transmissão de moral e bons costumes por meio de pregações públicas, nas missas ou eventos religiosos. Tais momentos eram vistos com bons olhos pelo poder público, já que um dos motivos de se ter uma autoridade eclesiástica consistia, justamente, em se apoiar no papel regulador que o catolicismo impunha à população. Com o tempo, as associações operárias católicas exerceram importante função “moralizadora” na vida das fábricas¹¹.

Havia também as exortações escritas em forma de pastorais lidas nas missas para as famílias. O público coexistia em várias situações com a comunidade. No momento da instalação de uma diocese havia muita pom-

pa, às vezes com visita de outras autoridades eclesiásticas. As festas civis e religiosas ganhavam um colorido todo especial com a presença de um bispo. D. Duarte, em suas viagens pelo interior do estado de São Paulo, geralmente de trem, aproveitava cada parada para fazer a política de boa vizinhança. Em diversas ocasiões a elite eclesiástica tomava parte nas solenidades cívicas e festividades religiosas; os preparativos e instalação de uma diocese era motivo de grande mobilização pública.

Aqui cabe uma explicação, o privado esteve mais ligado, nesse contexto, à diocese do que à paróquia. Naturalmente, a instância monitora do cotidiano seria a paróquia, mas, não bastava confiar somente nelas, pois, não raro, aconteciam escândalos envolvendo os párocos. Os motivos desses escândalos eram os mais variados. Numa sociedade patriarcal e hierarquizada, o bispo, não raro, era visto como uma autoridade moral a ser seguida, pelo menos era o que muitos acreditavam que acontecia com a instalação de uma diocese numa cidade. Também, é desta forma que se pode explicar a insistência e certa necessidade que as oligarquias tinham em atrelar a sua imagem à ereção de uma diocese. Algumas vezes, toda uma região se mobilizava para ter o privilégio de ver uma cidade como sede episcopal.

Referências

ARAUJO, Bernardo Goytacazes. A instabilidade política na Primeira República brasileira. **Ibérica Revista Interdisciplinar de estudos ibéricos e ibero-americanos**. Juiz de Fora, n. 12, dez/2009 – mar/2010.

ARAUJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a romanização do catolicismo brasileiro (1908-1920)**. Tese de Doutorado em História, FFLCH-USP, 1999, pp. 163-223. x

¹¹ Para saber mais, consultar: Marcus Levy Albino Bencostta. **Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a romanização do catolicismo brasileiro (1908-1920)**. Tese de Doutorado em História, FFLCH-USP, 1999, pp. 163-223.

- FAUSTO, Boris (Org.). **Historia Geral da Civilização Brasileira: Sociedade e Instituições [1889-1930]**, Tomo III, v. 9, O Brasil Republicano, 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GOMES, Edgar da Silva. **A dança dos poderes: uma história da separação Estado-Igreja no Brasil**. São Paulo: D'Escrever, 2009.
- GOMES, Edgar da Silva. **O Catolicismo nas Tramas do Poder: a estadualização diocesana na Primeira república (1889-1930)**. Tese de Doutorado em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.
- GOMES, Edgar da Silva. **A Plasticidade Política do Catolicismo em Tempos de Crise (1890-1930)**. In: GOMES, Edgar da Silva; AVELINO, Yvone D.; ASSUMPÇÃO, Arlete M. *Tecituras das Cidades: História Memória e Religião*. Jundiaí: Paco, 2017.
- ISAIA, Artur Cesar. **Católicos, pica-paus e maragatos**. In: FLORES, Moacyr (Org.). *1893-1895: a revolução dos maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, p. 21.
- KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Sobre as ruínas da velha matriz: religião e política em tempos de ferrovia Santa Maria – Rio Grande do Sul 1880-1900**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007, p. 210.
- LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. **Il gatoppardo**. Milano: Feltrinelli, 1959.
- MANOEL, Ivan Aparecido. **O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. Maringá: EDUEM, 2004.
- MARTINA, Giacomo. **História da Igreja de Lutero aos nossos dias**. V. 3: a era do liberalismo. São Paulo: Loyola, 1996.
- SAES, Décio. **Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930)**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- SILVA, Altino Silveira. Os poderes temporal e espiritual no Espírito Santo (1905-1912). **Dimensões**, Espírito Santo, v. 21, 2008, pp. 177-178.
- SILVA, Duarte Leopoldo e. **O Clero e a Independência: Conferências Patrióticas**. Rio de Janeiro, Editores: Centro D. Vital, Alvaro Pinto – Anuario do Brasil, 1923.
- SILVA, Wellington Teodoro da. Catolicismo militante na primeira metade do século XX brasileiro. **História Revista**, Goiânia, v. 13, n. 2, pp. 541-563, jul/dez, 2008.